

PERCEPÇÕES SOBRE O PODER POLÍTICO

Esta terceira edição do **Análise Caeni** traz dois artigos com resultados de pesquisas desenvolvidas pelo Centro. O primeiro artigo, de autoria da Professora Janina Onuki, apresenta uma análise preliminar dos resultados do *survey* aplicado em abril deste ano com estudantes da USP. A pesquisa, em parceria com a North Carolina State University, tem como objetivo principal investigar a percepção do público sobre o impacto do comércio do Brasil e dos Estados Unidos com a China. O mesmo questionário foi aplicado no Brasil e nos Estados Unidos, e os resultados serão apresentados no Congresso da American Political Science Association (APSA), em setembro deste ano.

A análise apresentada por Onuki que acaba de retornar do seu estágio de pós-doc na NCSU, avalia o conteúdo das respostas às perguntas abertas aplicadas no Brasil que buscam investigar a relação entre percepção sobre preferências sobre comércio internacional e o comportamento da China no plano internacional, como potência emergente.

A ideia é dar continuidade à pesquisa e, utilizando o modelo de *survey experimental* (ver Análise Caeni, ano I, nº 1), aplicar o questionário para uma amostra mais ampla, ainda este ano.

O segundo artigo é parte da tese de doutorado do pesquisador Gustavo Batista Araujo, intitulada “Contribuições de campanha influenciam decisões públicas? O caso dos contratos públicos federais e das emendas ao orçamento no Brasil”, defendida no Departamento de Ciência Política da USP, cuja base de dados foi produzida com apoio do Caeni. Gustavo busca analisar o impacto de contribuições de campanha para candidatos a deputado federal na eleição de 2006, e analisar como essas contribuições influenciaram a obtenção de contratos públicos para os doadores entre 2008 e 2010.

Continuamos a manter a seção “Observatório Sul-Sul”, com breves análises de acontecimentos ocorridos nos países que integram a coalização IBAS em particular e outros países em desenvolvimento, com destaque para a análise da Jamaica, país da América Central, objeto de pesquisa de mestrado da aluna Gillian Giwa.

Este boletim também tem como objetivo prestar informações úteis para a comunidade de Relações Internacionais. Neste sentido, reunimos informações sobre os processos seletivos de pós-graduação na área que acontecem no segundo semestre. Com isso esperamos continuar oferecendo análises substantivas e informações para os interessados nas Relações Internacionais e Política Externa Brasileira.

Amâncio Jorge de Oliveira

Poder político e preferências comerciais: a percepção brasileira sobre a China

Janina Onuki

Desde julho de 2012, o CAENI vem desenvolvendo um projeto de pesquisa, em parceria com a North Carolina State University, com o objetivo de investigar a percepção do público sobre o impacto do comércio do Brasil e dos Estados Unidos com a China. É inegável o crescimento econômico, a projeção política, e o aumento do intercâmbio comercial da China com os dois países. Compreender como o público percebe os benefícios e os impactos negativos desse relacionamento são aspectos centrais desta pesquisa.

Inicialmente apoiado pelo Edital UGPN (University Global Partnership Network), a pesquisa tem por objetivo mais específico, compreender como são formadas as preferências da opinião pública em comércio internacional para além de questões relacionadas aos fatores de dotação econômicos, hipótese intensivamente testada nos estudos de economia política internacional. Três ordens de fatores “não-econômicos” recebem atenção especial no estudo, quais sejam, percepções sobre equilíbrio de poder (ordenamento do poder mundial), questões normativas (respeito aos direitos humanos) e ideologia (alinhamento automáticos/xenofobia).

Trata-se de tentar compreender qual o peso específico desses fatores (não-utilitários) na formação de preferências sobre intercâmbio comercial e formação de acordos comerciais interestatais. Outros fatores extra-utilitários, como é o caso do gênero e identificação partidária, não terão prioridade neste estudo comparado, pois já existem estudos consolidados sobre essas temáticas. Como ambas as variáveis (ideologia e partidos) farão parte das informações sócio-demográficas, poderão tomar parte de análise como variáveis intervenientes do modelo analítico.

A hipótese geral do estudo é de que os fatores de dotação não explicam completamente a formação de preferências do público no plano do comércio internacional. Outros elementos intervêm de forma decisiva. Embora, num primeiro momento, não se pretenda fazer a comparação vertical, o estudo está em consonância com estudos cuja hipótese é de que a opinião pública é mais suscetível ao efeito *framing* pois tem uma priori mais fraca do que as elites.

A segunda hipótese, mais específica, chama atenção para o fato de que, dentre os três fatores não-utilitários apontados, o tema do equilíbrio do poder como fator determinante de preferências é o mais significativo do ponto de vista analítico. Enquanto para os EUA, a China é tomada como uma ameaça para a sua hegemonia, para o Brasil a ascensão chinesa é vista como uma oportunidade de reequilíbrio de poder.

Para testar preliminarmente estas hipóteses, a proposta é aplicar experimentos com *surveys* (*surveys experiments*) com uma amostra ampla do público, em ambos os países. Um primeiro pré-teste foi feito neste primeiro semestre de 2013, com uma amostra composta por estudantes da USP e da NCSU, e serviu como piloto para os estudos com a opinião pública, para os quais estamos buscando recursos complementares.

Os questionários aplicados em ambos os países são essencialmente os mesmos, à exceção dos tratamentos específicos para cada um dos países. A proposta é que, para cada uma das três dimensões assinaladas (poder, direitos humanos e ideologia) fosse elaborada uma mensagem específica para efeito de tratamento. Também para cada um dos casos foi usado um grupo controle.

Os tratamentos usados têm o efeito *framing* em ambos os países (Brasil e EUA) que tem por objetivo captar a resiliência do posicionamento dos entrevistados. Buscar-se-á, assim, saber a força das posições a priori dos entrevistados sobre o comércio internacional com os outros dois países em questão.

O *survey* foi aplicado simultaneamente com estudantes das duas Universidades, no período de 1 a 10 de abril (10 dias) utilizando o *survey monkey* e o grupo controle cobriu uma amostra de 1/3 do número do *survey* final em cada um dos subgrupos. Duas perguntas abertas permitiam aos respondentes fazer observações livres, considerando a informação que haviam recebido como efeito do *framing*.

Este texto tem o objetivo de analisar, de forma preliminar, o conteúdo dessas respostas para os questionários aplicados no Brasil. Foram no total 218 respostas que confrontavam as razões de por que o Brasil deveria assinar um acordo de livre comércio com a China e as razões da negativa. A análise dessas respostas buscou examinar a relação entre percepção sobre preferências sobre comércio internacional e o comportamento da China no plano internacional, como potência emergente.

Dentre as razões positivas para que o Brasil assine um acordo comercial com a China, as opiniões dividem-se de forma equilibrada entre os que argumentam a favor da ampliação do intercâmbio comercial, e os que mencionam o fato da China ser uma potência econômica. Na realidade, ambas as respostas convergem na percepção do aumento de poder da China no sistema internacional. A divisão de respostas refere-se ao fato de que um primeiro conjunto de respostas (30%) enfatiza os benefícios comerciais que o Brasil pode obter da negociação com o país asiático.

O segundo conjunto de respostas (25%) enfatiza claramente o poder político da China num possível reequilíbrio de poder (em contraposição à hegemonia americana). O destaque à palavra “potência” (em menor escala, “superpotência”) é recorrente nestas respostas, além da referência à dimensão do poder econômico, o fato do País fazer parte do BRICS, ser membro permanente no Conselho de Segurança da ONU. Todas estas palavras remetem ao poder da China e estão relacionadas, na opinião dos respondentes, aos benefícios que podem ser derivados de uma aproximação do Brasil. Além disso, há menções para o fato de que um acordo com a China também reduziria a influência norte-americana na América do Sul, fator visto como benéfico para o Brasil.

Essas respostas estão associadas (em alguns casos, elas se sobrepõem na mesma resposta) ao fato da China ser um parceiro comercial fundamental para o Brasil. Sobre esta variável, foram agregadas as respostas que mencionam os benefícios que o Brasil poderia obter com aumento das exportações dos nossos produtos e a importação de produtos chineses. Mas, fundamentalmente, a referência nas respostas se dá pela menção ao fato da China já figurar como o principal parceiro comercial do Brasil.

Outros fatores também são mencionados a favor de uma maior aproximação entre Brasil e China, nesta ordem de prioridade: 1- a possibilidade de redução de preços e tarifas de produtos brasileiros (16%). Aqui prevalece a percepção de que o baixo valor dos produtos chineses tenderia a pressionar à redução do preço dos produtos nacionais a fim de torná-los mais competitivos. Outro ponto mencionado é a possibilidade de abrangermos um enorme mercado consumidor com nossos produtos. Mas esta opinião é matizada pela necessidade de tornar nossos produtos mais competitivos no mercado externo. Do ponto de vista comercial, o potencial mercado consumidor para os produtos brasileiros poderia ser visto como um aspecto central para o Brasil. Mas apenas 5% respondentes mencionam este item de forma explícita.

2- Em segundo lugar foi mencionado o benefício de transferência de tecnologia (8%), a percepção é de que o Brasil pode ser beneficiado pela detenção de tecnologia de ponta por parte da China. A possibilidade de um acordo de comércio prever a transferência de tecnologia para produtos manufaturados e eletrônicos é vista como um elemento benéfico, ao lado da referência ao elevado grau de desenvolvimento da nossa agricultura.

3- Finalmente, duas outras variáveis são mencionadas, numa quantidade bem menor de respostas: a possibilidade de redução do custo da mão-de-obra (5%) e a diversificação de produtos nacionais vendidos no Brasil (1%). A percepção generalizada é que a mão-de-obra barata utilizada na produção de produtos chineses pode influenciar os produtos brasileiros no mesmo sentido. Esta colocação se observada de forma paralela à análise voltada para um “não-acordo”, como veremos a seguir, a percepção é que a mão-de-obra barata utilizada na fabricação dos produtos chineses é um mau exemplo para o Brasil, e deveria ser combatida na China (geralmente associada ao abuso de direitos humanos).

Um segundo conjunto de respostas refere-se à pergunta “você consegue imaginar razões pelas quais o Brasil não deveria assinar um acordo de livre comércio com a China?”. É interessante notar que as respostas, neste caso, também se dividem em duas orientações: uma relacionada a questões econômicas e comerciais e outra que faz menção a questões políticas. A grande maioria (34%) teme em relação à concorrência com produtos chineses. A percepção é que um acordo mais amplo com a China afetaria diretamente os produtos produzidos no Brasil, tanto do ponto de vista do preço, como de qualidade. As respostas dividem-se entre a “perda de mercado para os produtos chineses”, a “falta de competitividade das indústrias brasileiras” e “baixa qualidade dos produtos chineses”, ou “legalidade e procedências duvidosas dos produtos chineses”. Todas essas respostas referem-se exclusivamente ao impacto econômico e comercial que o acordo poderia gerar.

Relacionado a este impacto, 17,5% dos respondentes mencionam o “aumento do desemprego” e o risco de aumento da “exploração de mão-de-obra barata” como fatores preocupantes. Aqui o desemprego está relacionado ao temor da entrada de produtos chineses a preço mais baixo e, conseqüentemente, a dispensa de empregados das indústrias pela incapacidade de competição. Ou seja, o temor do desemprego não está relacionado à migração de trabalhadores chineses para o Brasil e ocupação dos seus postos de trabalho, mas sim ao possível fechamento de empresas incapazes de competir com os produtos chineses.

Mas o que chama atenção é a recusa do acordo em função de aspectos políticos, explicitados nas perguntas abertas. É claro que esta análise precisa levar em consideração o efeito do *framing* que foi aplicado. Mas aqui o que se pretende é apenas destacar algumas percepções mencionadas espontaneamente que devem corroborar com as hipóteses anunciadas pela pesquisa. O que observamos nas respostas espontâneas é que 28% dos entrevistados referiram-se ao fato da China não cumprir várias regras internacionais, tanto no que se refere a aspectos de um regime democrático, como de violação de Direitos Humanos. Neste caso, a assinatura de um acordo comercial significaria, por parte do Brasil, dar legitimidade a um regime autocrático e a um País que viola significativamente os Direitos Humanos. E esta violação é atribuída à exploração do governo em relação aos seus próprios trabalhadores.

A percepção predominante é que a recusa do Brasil em assinar um acordo de livre comércio, mesmo que benéfico para o nosso País, seria uma forma de pressionar a China a se tornar mais democrática e mais cumpridora de regras internacionais de Direitos Humanos e de respeito ao meio ambiente (embora este tema seja mencionado um número menor de vezes, a questão do meio ambiente é lembrada por alguns entrevistados).

Se na pergunta sobre os benefícios de assinar um acordo, a referência à possibilidade de contrabalançar a presença dos Estados Unidos na região aparece como um elemento relevante, aqui, apenas 4% dos entrevistados faz referência ao temor de que o Brasil se torne mais dependente da China, e essa dependência é sempre vista do lado comercial e não político, como é a percepção em relação aos norte-americanos.

O que podemos destacar, apenas analisando o conjunto de respostas às duas perguntas abertas do questionário, sem ainda fazer qualquer tipo de inferência, é que há uma coerência nas respostas no sentido da distinção entre aspectos econômicos e políticos. Os benefícios do acordo aparecem tanto como oportunidades de ampliação do intercâmbio comercial, como na possibilidade de se relacionar com uma potência emergente, fazendo frente aos Estados Unidos na região.

A percepção de que não deveríamos assinar um acordo com a China também se divide entre aspectos políticos e econômicos. Em primeiro lugar a visão de que a China não cumpre várias regras democráticas e que o Brasil não deveria legitimar o seu comportamento autoritário através de um acordo comercial, sobretudo porque o comércio traz em si uma exploração dos direitos humanos na China. Por outro lado, as respostas destacam o impacto que a entrada dos produtos chineses teria sobre os nossos, em termos de preço e produção. Interessante notar que ao mesmo tempo em que uma parte significativa do público percebe que nossa indústria não é competitiva com os produtos chineses, estes mesmos indivíduos opinam que isso pode servir como pressão para uma redução dos nossos preços e impostos domésticos.

Este trabalho ainda é embrionário, mas esta primeira etapa da pesquisa já trouxe elementos importantes para reflexão e que corroboram as hipóteses iniciais: traz elementos externos ao campo dos fatores de dotação para a compreensão da preferência do público em termos de política comercial. É nesta agenda que ainda pretendemos avançar com parcerias internacionais produtivas, como tem sido com a North Carolina State University.

Referências

- Ardanaz, Martin, Murillo, M. Victoria and Pinto, Pablo M. (2013). Sensitivity to Issue Framing on Trade Policy Preferences: Evidence from a Survey Experiment. **International Organization**, vol. 67, nº 2, pp. 411-437.
- Barabas, Jason and Jerit, Jennifer (2010). Are Survey Experiments Externally Valid? **American Political Science Review**, vol. 104, nº 2.
- Druckman, James N. (2001). The implications of Framing Effects for Citizen Competence. **Political Behavior**, vol. 23, nº 3, September.
- Mintz, Alex & Redd, Steven B. (2003). Framing Effects in International Relations. **Synthese**, vol. 135, nº 2, May, pp. 193-213.

Janina Onuki é professora associada do Instituto de Relações Internacionais, vice-coordenadora do Núcleo de Estudos Comparados e Internacionais (NECI) e pesquisadora do Caeni-USP. Foi professora visitante na School of Public and International Affairs da NCSU de janeiro a junho de 2013.

Contribuições de Campanha Influenciam Decisões Públicas? O caso dos contratos públicos federais e das emendas ao orçamento no Brasil

Gustavo Batista Araujo

Contribuições de campanha trazem benefícios futuros para os doadores? Parece haver uma noção bastante difundida, no Brasil assim como em outros países, de que sim, as contribuições de campanha se reverteriam, no período pós-eleitoral, em favorecimento aos doadores. Esta noção é, em geral, fundamentada por escândalos como o dos “anões do orçamento”¹ ou dos “sanguessugas”², para ficar apenas em alguns exemplos nacionais.

Mas o que dizem os trabalhos acadêmicos? Nesse âmbito a resposta parece ser mais incerta. As tentativas de verificação empírica quantitativa da relação entre contribuições de campanha e benefícios futuros aos doadores mostram resultados ambíguos. A diversidade de resultados encontrada na literatura pode ser em parte explicada por complicações próprias ao objeto de estudo, e em parte devido a dificuldades metodológicas.

No Programa de Doutorado em Ciência Política da USP, aprofundamos o estudo deste tema, com o objetivo central de verificar se a realização de contribuições de campanha para candidatos a deputado federal na eleição de 2006 influenciou de alguma forma a obtenção de contratos públicos para os doadores entre 2008 e 2010.

Para atingir este objetivo foi utilizado um desenho de regressão descontínua, com vistas a mitigar muitos dos problemas metodológicos que afligiram estudos anteriores sobre a relação entre contribuições de campanha e os potenciais benefícios futuros aos doadores. Tais problemas referem-se a dificuldades inerentes a estudos observacionais. Neste tipo de estudo, os pesquisadores não possuem controle tão completo sobre a situação examinada quanto seria desejável, enfraquecendo a capacidade de inferir causalidade e abrindo caminho para a estimativa enviesada da relação de interesse.

Uma forma de lidar com os problemas inerentes aos estudos observacionais se dá através da realização de experimentos. Mas nem todas as situações práticas possibilitam a realização de um experimento. É o que acontece com a análise dos efeitos concretos das contribuições de campanha. O que os pesquisadores podem fazer, então, é procurar pelos chamados experimentos naturais, situações em que uma intervenção exógena acaba aproximando as propriedades de uma estrutura experimental.

Daí a escolha do desenho de regressão descontínua. Tal desenho de pesquisa procura processos geradores de dados que se aproximem de designações aleatórias, o que nos leva a esperar que as diferenças em grandes amostras entre o grupo dos tratados e dos não-tratados sejam triviais (aleatórias), mesmo em características não-observadas (pela lei dos grandes números). Isso permite dirimir os problemas relacionados a variáveis omitidas ou ao estabelecimento do contrafactual adequado.

No caso de interesse para esta pesquisa, o método de regressão descontínua sugere a utilização do fato de que existem candidatos que foram eleitos por muito pouco e candidatos que não foram eleitos também por muito pouco.

¹ “Os Anões do Orçamento foram cassados porque as empreiteiras davam-lhes o dinheiro para campanhas eleitorais em troca de verbas no orçamento, posteriormente”. Senador Pedro Simon, Diário do Senado Federal de 26/04/2001, pág. 7220 em Portugal e Bugarin (2003).

² Ver o Relatório dos Trabalhos da CPMI “das Ambulâncias”, volumes I e II.

É possível que a diferença entre esses candidatos não seja sistemática, mas decorra de fatores aleatórios³. E o fato de que um grupo é de eleitos e o outro é de não-eleitos é a maior (e espera-se que a única) diferença entre os grupos.

Isso, no entanto, cria oportunidades desiguais para ambos os grupos. O grupo dos eleitos tem a possibilidade de “defender os interesses” de seus doadores de campanha, enquanto ao grupo dos não-eleitos é negada esta oportunidade. Sendo essa realmente a única diferença entre os grupos, poderíamos atribuir a ela a possível diferença observada no valor do conjunto de contratos públicos recebidos por doadores de candidatos eleitos, em relação a doadores de candidatos não-eleitos. E, existindo essa desigualdade, poderíamos concluir que ela existe porque os candidatos atuaram, de alguma forma, em favor de seus doadores. Ou seja, concluiríamos que o fato de contribuir para candidatos vencedores faria com que, na média, os doadores recebessem mais contratos públicos, o que, por sua vez, mostraria que as contribuições de campanha importam (afetam a atuação pós-eleitoral dos atores políticos, ao menos ao redor da descontinuidade).

O fato de que existem candidatos eleitos que se licenciam, renunciam ou são cassados e candidatos não-eleitos que assumem o cargo de deputado federal provisória ou permanentemente faz com que precisemos tratar nosso desenho de regressão descontínua como sendo do tipo *Fuzzy*. Além disso, o fato de que muitas empresas espalham bastante suas contribuições faz com que utilizemos apenas empresas que doaram apenas para candidatos eleitos ou que doaram apenas para candidatos não-eleitos.

Os dados relativos à eleição de 2006 e ao ciclo de 2007 a 2010 analisados na pesquisa parecem nos permitir afirmar que ter exercido ao menos um ano do mandato de deputado federal influenciou a quantidade de contratos públicos recebidos pelos doadores de candidatos eleitos por pequena margem na eleição de 2006, no Brasil, se consideramos empresas que doaram apenas para eleitos e empresas que doaram apenas para não-eleitos.

Trata-se de indício que parece confirmar a noção de que contribuições de campanha geram benefícios para os doadores. Trata-se, contudo, apenas de um primeiro passo, que leva à subsequente procura do possível mecanismo específico que estaria produzindo a relação positiva entre contribuições de campanha e a alocação de contratos públicos.

Ainda há muito o que se pesquisar sobre esta temática. A agenda de pesquisa também consiste na expansão da análise para outros tipos de benefícios que possivelmente interessariam aos doadores, como proteção comercial (seja através de barreiras tarifárias ou de barreiras não-tarifárias), isenções fiscais, acesso a financiamento público, entre outros.

Referência

Araujo, Gustavo Batista (2012). *Contribuições de campanha influenciam decisões públicas? O caso dos contratos públicos federais e das emendas ao orçamento no Brasil*. Tese de Doutorado. Departamento de Ciência Política, FFLCH-USP.

Gustavo Batista Araujo é bacharel em Ciências Sociais, mestre e doutor em Ciência Política pela USP e pesquisador do Caeni-USP.

³ De modo geral, o fato de que um candidato não controla precisamente a quantidade de votos que obterá é suficiente para criar o componente aleatório necessário à regressão descontínua (Lee e Lemieux, 2009:13).

Jamaica looking South

Gillian Travia Giwa

Jamaica's Minister of Foreign Affairs and Foreign Trade, the Hon. A.J. Nicholson led a delegation to Brazil in June of this year, in anticipation of the 2nd Brazil-CARICOM summit scheduled to be held in Surinam later on this year. While in São Paulo, the minister had a sit down interview with Ms. Gillian Giwa, a scholar on Brazil-CARICOM trade at the University of São Paulo and founder and chief trade researcher at Inter-Línguas Communication Limited. Inter-Línguas is a Jamaican company dedicated to mediating multinational / intercultural negotiations and conducts research geared towards facilitating Brazil – CARICOM trade. During the interview, the Minister highlighted the vast opportunities for trade between Jamaica and its partners in the South.

According to the Statistical Institute of Jamaica, Brazil is currently Jamaica's third largest import partner, already accumulating over US\$ 49,960,957 in imports from Brazil this year. With exports significantly lagging behind, Brazil's over 200 million inhabitants with its vast geographical, gastronomical and regional distinctiveness creates a vast market for Jamaican goods. Though issues of language, brand awareness and market requirements create initial challenges for Jamaican exporters, the potential of the Brazilian market should be incentive enough to encourage Jamaican companies to overcome these hurdles.

Minister Nicholson posits that though “our traditional trade partners are still at the forefront to our minds, Jamaica has had no other choice but to look south”. According to Minister Nicholson, “traditionally, historically, Jamaica has not only been looking northwards and into Europe, but within the CARICOM as well, and that has had to change since the entire world has moved in a different direction”.

The first Brazil-CARICOM summit was held in April 2010 and resulted in Jamaica benefitting from several technical cooperation agreements with Brazil, such as a Memorandum of Understanding in the area of civil defense and a complementary agreement on human resources training for the development of agricultural chains. In anticipation of the summit's second edition, Jamaica has set its ambitions on even greater partnerships with this South American giant. For Minister Nicholson, Jamaica's future cannot rest only on an integration movement within CARICOM. It must also look toward the opportunities in Latin America and more specifically Brazil.

Gillian Giwa é bacharel em Psicologia pela UFSC, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do IRI-USP e pesquisadora do Caeni-USP.

OBSERVATÓRIO SUL-SUL

Novas estratégias, novos caminhos

Eduardo Tetzlaff

Com economias que não só resistem, mas que dão sinais de avanço frente ao cenário nefasto da crise econômica que assola a Europa, os BRICS aparentam utilizar tal vantagem aliada a um proativismo diplomático engajado para pavimentar uma nova alternativa ao processo de tomada de decisões na arena internacional.

Diante do grande entrave representado pela reforma do Conselho de Segurança da ONU (UNSC) e a intrínseca crise de representatividade que a atual conformação representa para as economias emergentes, os BRICS parecem buscar em sua coalizão uma alternativa que crie um novo polo de influência no sistema de governança global vigente. O grupo, no entanto, a despeito de seu crescente protagonismo político que avança inclusive na seara social, tem sua certidão de nascimento assinada pela Goldman Sachs, um dos maiores grupos financeiros multinacionais do mundo.

O bloco cuja vocação primeira era aparentemente a econômica, vem ganhando cada vez mais espaço não somente na mídia, mas também nas produções acadêmicas, dentre outras coisas, em vista da própria suplantação de seu escopo. A organização tem ido além da competência econômica e avançado em áreas como agricultura, saúde, energia, tecnologia e infraestrutura o que em si também avança sobre o escopo do IBAS (Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul) o que tem sido apontado como razão para que os dois grupos se fundam.

Há, no entanto, aqueles que criticam tal fusão como o Prof. Oliver Stuenkel da Fundação Getulio Vargas de São Paulo, em artigo publicado na revista Foreign Policy Research Center de Nova Delhi, adverte para as perdas e entraves que semelhante iniciativa causaria. Stuenkel afirma que ainda que haja de fato certa sobreposição na pautas dos fóruns, o IBAS é uma instância interessante, dada a ausência da China, pois permite em sua pauta assuntos de importância global que não poderiam ser discutidos francamente no âmbito dos BRICS, tal como o desafio representado pela ascensão chinesa.

Niu Haibin, diretor-assistente do Instituto para Estudos Estratégicos Internacionais em publicação do Friedrich-Ebert-Stiftung de Nova Iorque, classifica didaticamente o protagonismo de Brasil, Índia, China e África do Sul nos assuntos mundiais da atualidade. O pesquisador separa IBSA e BRICS ressaltando as funções de respectivamente militar pela reforma do Conselho de Segurança da ONU mais a promoção de medidas para o desenvolvimento regional com ênfase no continente africano e trabalhar para a construção de uma nova ordem mundial mais igualitária e justa através da reforma de organismos financeiros internacionais, competência à qual o grupo não tem se limitado.

Os BRICS têm deixado de lado a identidade de “clube dos mais” para institucionalizar-se o que talvez, num futuro não tão distante, signifique o surgimento de uma organização *de facto*. Como afirma Niu Haibin em seu artigo, o grupo tem tentado transformar seu poder econômico em influência política internacional, pois, como exposto anteriormente, os BRICS se converteram em entidade política com duplo objetivo, o de explorar oportunidades econômicas intrabloco e, mais ambiciosamente, o de reformar o sistema de governança global

Fontes:

HAIBI, Niu. BRICS in global governance : a progressive force? *Friedrich-Ebert-Stiftung, Dialogue on Globalization*, New York, 2012.

STUENKEL, Oliver. “Why IBSA and BRICS should not merge?” *FPR Journal*, New Delhi, v.3, p.75-78, 2012.

Panorama comparado das relações bilaterais dos BRICS

Maria Renata Siqueira

Nas últimas décadas os BRICS cresceram em importância no comércio mundial e abriram suas economias de modo a aumentar sua rede de relações no mundo. De certa maneira esses países vêm consolidando suas posições no comércio mundial através do fortalecimento de suas relações bilaterais.

Uma das orientações permanentes da matriz da política externa brasileira é a práxis do universalismo pragmático, gerada pela necessidade de livrar-se da dependência excessiva dos EUA no século XX. Com o surgimento de novos atores no cenário internacional, o Brasil buscou valorizar ainda mais as parcerias estratégicas e reforçar a sua liderança no plano multilateral. Nos últimos anos, foram reforçados grandes eixos, não excludentes, de atuação internacional do Brasil: o eixo regional, o eixo norte-americano, o eixo europeu, o eixo da orla do Pacífico, e o eixo das potências regionais. Dessa maneira, o respeitável patrimônio de relações bilaterais que o país consolidou nesses eixos fortaleceu a sua capacidade de articulação em níveis multilaterais, e ademais fortaleceram o seu poder de barganha, tanto no plano político como no econômico, elegendo parceiros de maneira flexível para a realização de seus projetos com relativo conforto no cenário internacional. O fortalecimento da cooperação sul-sul, a partir de 1993, consolidou-se em duas vertentes de ação, na manutenção do Mercosul e na ampliação da integração com a América do Sul. Também no plano Sul-Sul, o País busca estabelecer um comportamento de liderança na ação coletiva internacional, como é o caso do IBAS e do G-20.

No caso da política externa chinesa tem adotado uma postura de universalização ocasionada tanto pela necessidade profunda de insumos e mercados como pela transição no sistema internacional que gerou a necessidade de novos alinhamentos na política internacional. Busca ser alternativa aos padrões ocidentais de relações bilaterais, defendendo relações mutuamente benéficas e respeito à soberania nacional dos Estados com que traça parcerias, o que atraiu as forças africanas e latino-americanas para o seu lado. Tal como os outros países membros dos BRICS, a China está descontente com a sua posição no sistema internacional e busca estabelecer o seu papel de ator global emergente rumo a um mundo multipolar, seja através do fortalecimento de suas relações bilaterais seja através da sua consolidação nos espaços multilaterais.

Depois de um momento de reconstrução do Estado e de consolidação política no pós guerra fria, a Rússia, através da retomada de seu relacionamento estratégico com os Estados Unidos, da sua participação intensa nas relações bilaterais com os países emergentes e principalmente a sua manutenção como líder regional com fortes relações bilaterais com os países da Comunidade de Estados Independentes, é o que permitiu a Rússia a recuperação de seu papel de global player que tem poder de influencia no cenário internacional.

A partir da década de 1990 a Índia adotou um processo de liberalização de sua economia e de incentivo às exportações, consolidando-se como importante ator na economia mundial. Dessa maneira atraiu grandes parcerias bilaterais com os Estados Unidos e manteve-se como importante liderança regional do Sudeste Asiático. Além da conturbada relação bilateral que trava com a China em termos políticos. Estima-se que os ganhos vindos das políticas de tratados preferenciais de comércio dos BRICS, mesmo aquelas feitas com as grandes economias mundiais como Estados Unidos e União Europeia, não levariam a tantos ganhos como envolver-se diretamente e mais extensivamente em tratados multilaterais, que podem advir da própria consolidação e fortalecimento da parceria entre seus membros.

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291998000300003&script=sci_arttext

http://labmundo.org/disciplinas/HIRST_PINHEIRO_PEB_dois_tempos.pdf

<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v50n2/a04v50n2.pdf>

http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-91992010000200003&script=sci_arttext#2

<http://www.oecd.org/tad/tradedev/42324460.pdf>

“Chindia”: perspectivas das relações indianas e chinesas

Clarice Tambelli

Quando se trata de opor à demandas provenientes de países ocidentais, China e Índia unem forças, o que muitas vezes, leva a uma convergência de interesses nas discussões de âmbito multilateral as quais fazem parte. Se argumenta, porém, que o entendimento no campo multilateral não ajudou na resolução de problemas bilaterais cruciais desses países.

O termo "Chindia" foi cunhado por Jairam Ramesh, político, economista e membro do Congresso Nacional Indiano. Sua expectativa é que a união Índia e China poderia resultar na solução de desafios globais, como as alterações climáticas ou as questões energéticas. Também, devido ao tamanho do consumo e da importância, juntos poderiam colocar pressão sobre outros países na arena internacional.

Mas a situação não é tão simples ou unilateral. Por um lado, segundo uma visão liberal da relação indochinês, pode-se esperar uma ascensão na cooperação pacífica dos dois gigantes asiáticos, interligados com laços econômicos fortes e também com as mesmas ameaças sociais, ambientais e de segurança que irá forçá-los a, eventualmente, trabalhar em conjunto. Nesse ponto de vista, a cooperação é o único meio que ambos os países podem optar para seu benefício mútuo.

O outro lado argumenta que, apesar dos diversos campos nos quais Índia e China cooperam, há uma falha imensa e uma falta de progresso em questões bilaterais destes países, observado principalmente quando se analisa a questão fronteiriça. Diversas regiões evidenciam a disputa desses países por maior influência na região. A China possui fortes compromissos com vizinhos não amigáveis da Índia, como Paquistão. Mianmar, Himalaia e Sri Lanka também são regiões de sérias disputas e bastante contestadas entre ambos.

Dessa perspectiva, conclui-se que o entendimento no campo multilateral não melhorou as relações bilaterais: "Nós cooperamos no multilateral, mas não cooperamos no bilateral" afirma o professor indiano Kondapalli, especialista em China, " basicamente, significa que há alguma relutância em cooperar. Nós não sabemos onde a nossa fronteira é, só temos uma ideia difusa, não sabemos de uma fronteira oficialmente sancionada. [...] Há também preocupações com a segurança da Índia sobre a transferência de inteligência nuclear ao Paquistão pela China. O resultado é que existe uma desconfiança mútua. Portanto, 'Chindia' trabalha apenas em algumas áreas. Temos 'Chindia' em A, B, C, mas não em X, Y, Z."

Transbordando essa análise para a situação dos BRICS, discute-se se há uma falta de credibilidade no órgão, devido ao fato deste abrigar a China e a Índia, os quais não possuem bom relacionamento bilateral. As relações bilaterais indianas e chinesas precisam, portanto, tomar um novo rumo, com um aumento significativo na confiança, para assim dilatar a credibilidade desses dois países na arena internacional, nas suas relações multilaterais e, conseqüentemente, nos BRICS.

Fontes

<http://www.indianexpress.com/news/chinese-takeaway-li-in-pak/1119033/>

http://www.in.boell.org/downloads/India-China_Relations_-_Abhilash_10.10.pdf

A Política Externa sul-africana e o jogo interno: o conflito da República Centro-Africana

Amanda Domingues

O conflito civil na República Centro Africana (RCA) recebeu assistência externa da África do Sul que conta com o melhor exército do continente. O episódio gerou debates a respeito de políticas, mas também conflitos internos entre os vários partidos, que tomaram posições divergentes face ao incidente.

Conflitos na RCA não são recentes. O país sofre com golpes de Estado e insurgências de rebeldes desde sua independência da França nos anos 60. O principal grupo atuante nos últimos conflitos é o Seleka que reivindica o cumprimento de acordos de paz por parte do governo e a melhoria da qualidade de vida no país. Além de gerar questionamentos e debates a respeito da Política Externa da África do Sul, o incidente com os soldados sul-africanos na RCA também gerou fortes discussões no Parlamento. O *Democratic Alliance* (DA), principal partido de oposição que vem ganhando cada vez mais espaço, declarou que os soldados não deveriam ter sido enviados à RCA, posição também compartilhada pelo *South African National Defence Union* (SANDU), um dos sindicatos que representa as Forças Armadas sul-africanas. O órgão ainda reforçou sua preocupação com a decisão do governo sul-africano de manter as tropas na RCA mesmo após o descumprimento de um acordo de paz por parte do presidente deste país, François Bozizé, declarando que este foi um erro muito grave.

Outra instituição representativa desta categoria, o *South Africa Security Forces Union* (Sasfu), tem uma posição contrária. Seus membros afirmam que a África do Sul tem uma responsabilidade para com seus vizinhos e apoiam a decisão do partido governista de enviar forças de paz para a RCA. O presidente Jacob Zuma e os líderes do *African National Congress* (ANC) - que governa o país desde o fim do *Apartheid*, em 1994 - declararam que a África do Sul não pode assistir passivamente aos conflitos e à pobreza de seus vizinhos. No entanto, algumas classes representativas e até mesmo membros do *South African National Defence Forces* (SANDF), foram acusados de proteger interesses do partido governista.

A posição do partido cristão – *The African Christian Democratic Party* (ACDP) – um dos partidos com menos cadeiras na Assembleia Nacional atualmente, é que as mortes foram causadas pela falta de investimentos no setor militar sul-africano, que se encontra defasado. Apesar de ser um dos mais bem preparados do continente, o exército sul-africano não possui artilharia pesada e suas tropas recebem muito pouco apoio financeiro.

Após a grande repercussão do episódio, que gerou discussões no plano da Política Externa e Interna, bem como conflitos internos nos partidos, o presidente Jacob Zuma declarou que as decisões futuras a respeito do engajamento da África do Sul no conflito da RCA deveriam aguardar discussões de órgãos supranacionais africanos para serem tomadas. No entanto, no final de abril, ele declarou que a Política Externa em relação à RCA permaneceria inalterada.

Neste jogo de forças políticas internas, atesta-se o interesse pelo tema da Política Externa, reconhecendo que os desdobramentos na política doméstica. Em segundo lugar, é interessante notar que, apesar de tomarem posições divergentes, os partidos nacionais sul-africanos estão preocupados com a manutenção da posição do país como líder continental. Alguns defendem a discussão e o detalhamento dessa Política Externa que carece de uma base democrática, enquanto outros apoiam o papel proeminente do país, defendendo a ideia de que faz parte da missão sul-africana fornecer assistência aos seus vizinhos menos desenvolvidos.

Fontes

Mail & Guardian: <http://mg.co.za/article/2013-03-25-sa-troops-should-not-be-in-car-says-defence-force-union>

BD Live: <http://www.bdlive.co.za/national/2013/04/28/no-policy-change-on-car-says-zuma>

Mail & Guardian: <http://mg.co.za/article/2013-04-08-zuma-constitution-car-deployment-sandf>

Mail & Guardian: <http://mg.co.za/article/2013-03-25-anc-sa-soldiers-died-for-peace-in-car>

Agendas para a Política Externa sul-africana

Amanda Domingues

Em 1994, com o fim do Apartheid, a África do Sul se torna uma república presidencialista. Hoje, o país possui dois partidos principais que ocupam mais de 82% dos assentos da Assembleia Nacional eleita em 2009: o partido governista African National Congress (ANC) e o partido de oposição Democratic Alliance (DA).

A Política Externa da África do Sul segue as bandeiras do ANC que domina a cena política do país desde sua redemocratização. Ele detém cerca de 66% dos assentos da atual Assembleia Nacional, o governo de oito das nove províncias do país e cinco das seis principais municipalidades metropolitanas sul-africanas. As principais ações do partido para a pasta internacional estão concentradas no desenvolvimento do continente africano, na cooperação econômica internacional e na defesa dos Direitos Humanos.

No âmbito da defesa dos Direitos Humanos, a África do Sul tem assinado, desde o fim do Apartheid, importantes acordos internacionais multilaterais, bem como regionais. Além disso, o país possui um papel significativo na luta pelo fim de alguns conflitos e crises políticas no continente. Exemplos importantes são os que ocorreram no Burundi, República Democrática do Congo, Comores e Zimbábue.

Quanto à cooperação econômica internacional, o ANC tem declarado que a reinserção da África do Sul na economia mundial e regional é preocupação central da Política Externa do país que tem buscado maior participação nos fóruns mundiais econômicos. Além de sua atuação regional e multilateral, a África do Sul possui diversos acordos bilaterais de comércio e atua em diversos blocos econômicos como os BRICS, grupo do qual faz parte desde o ano de 2010.

A relação da África do Sul com o continente africano é bastante especial. O país atua como líder regional e por ser a maior economia da África, mostra um compromisso com o desenvolvimento da região. A agenda do continente africano é a mais significativa da Política Externa da África do Sul e engloba os temas mencionados anteriormente e outros, como a construção e consolidação da democracia e a preservação da cultura africana.

O DA, principal partido de oposição, tem tido uma representatividade política crescente. O partido passou de uma participação de somente 1,7% em 1994 para 16,6% nas últimas eleições. O DA propõe um aprimoramento da Política Externa da África do Sul fundado em três pilares: alinhamento da Política Externa aos princípios constitucionais; investimento no progresso econômico; e promoção de missões de paz e resolução de conflitos.

As críticas do DA estão concentradas em cinco pontos. Em primeiro lugar, é criticado a cumplicidade do ANC com alguns governos tirânicos na África, que acabou prejudicando - e continua deteriorando - a reputação política e democrática da África do Sul.

O segundo ponto diz respeito ao abandono dos princípios da igualdade, dignidade e respeito pela condição humana que ocorreram quando a África do Sul bloqueou ativamente as discussões sobre Direitos Humanos no Zimbábue, enfraqueceu a resolução que impedia o Irã de continuar com seu programa nuclear, entre outras situações. O DA acusa o ANC de facilitar a venda de armas para o Chade, Indonésia e aos dois lados dos grupos civis no Sudão, bem como em Angola e na Argélia. O DA propõe uma reinserção dos princípios já citados na estratégia de Política Externa da África do Sul.

Em terceiro lugar, o DA é contra a criação e manutenção de uma multiplicidade de instituições regionais, como a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) e a União Aduaneira da África Austral (SACU) que geram barreiras que, muitas vezes, inibiram o comércio regional e continental, pois exigiam a tomada de posições contraditórias.

Em quarto lugar, o partido critica a manutenção do *African solidarity approach* - uma abordagem na qual a África do Sul é vista como líder responsável pelo desenvolvimento de seus vizinhos. No lugar desta estratégia, o partido propõe a prática de "*African Differentiation*", cujo objetivo é alinhar os interesses e as práticas da África do Sul com os de outros países do continente.

Por fim, o DA acusa o ANC de estabelecer parcerias econômicas por motivos muito mais ligados a posições ideológicas do que a interesses e objetivos econômicos. Segundo o partido, esta estratégia leva a África do Sul a perder oportunidades interessantes de negócio. Sobre este tema, é preciso, segundo o partido, pressionar mais pela diminuição de subsídios no comércio com países desenvolvidos, mas também reconhecer as limitações de uma postura solidária com os países do sul.

O estudo das propostas políticas dos principais partidos sul-africanos para o tema da Política Externa nos permite observar que ambos partidos possuem agendas de Política Externa similares quanto aos principais temas, priorizando a proteção de Direitos Humanos, a expansão econômica e o desenvolvimento de relações com o continente africano. No entanto, quanto às ações concretas, os pontos de consenso entre DA e ANC são raros e estão restritos a questões econômicas, como o apoio à atuação da África do Sul nos BRICS, a continuação da facilitação de inserção de indústrias sul-africanas em outros países do continente e reformas de instituições internacionais como o Conselho de Segurança da ONU, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

O predomínio do ANC no governo federal sul-africano e em diversas instâncias subnacionais por longos anos gerou uma Política Externa voltada aos interesses do partido e que segue seus preceitos mais fundamentais. Apesar de permitir uma continuidade das políticas elaboradas pelas casas legislativas, o domínio de um único partido na elaboração e implementação da Política Externa pode acabar produzindo uma visão distorcida da arena internacional e impedindo a modernização da estratégia de Política Externa.

Fontes

<http://www.southafrica.info/about/democracy/polparties.htm#da>

www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s222-04_e.doc

<http://www.southafricaweb.co.za/page/south-african-international-relations>

<http://www.da.org.za/docs/642/MDU-%20DA%20Global%20Opportunity.pdf>

<http://www.anc.org.za/show.php?id=230>

Ciência e Tecnologia: prioridade estratégica do IBAS

Amanda Domingues

A ciência e a tecnologia (C&T) são reconhecidamente áreas que aproximam nações no âmbito econômico e são bases importantes para a construção de relações diplomáticas estáveis. A parceria trilateral entre Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) previu o investimento em C&T como pilar para a construção de uma cooperação que afeta positivamente o desenvolvimento destes países.

O Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) é uma iniciativa trilateral das maiores e mais proeminentes democracias do mundo em desenvolvimento que representam três dos cinco continentes. O objetivo do fórum é ampliar a colaboração entre estes países em diversas áreas estratégicas.

Ciência e Tecnologia (C&T) foi considerada uma área com potencial de produção de resultados relevantes para os três países. A parceria do IBAS em C&T pretende gerar e apropriar novo conhecimento, avançando o desenvolvimento de inovações nesses países.

Em 2006, foi lançado o primeiro edital de apoio a projetos de C&T no âmbito da parceria IBAS. O edital selecionou sete projetos nas áreas de saúde (HIV), nanotecnologia e oceanografia. Além destas, os pesquisadores especialistas em biotecnologia, malária e/ou tuberculose também puderam enviar propostas.

Ao fim de 2008, quando foi finalizado o período para conclusão dos primeiros projetos aprovados no âmbito da cooperação trilateral em C&T, a parceria tinha possibilitado a realização de nove workshops e o desenvolvimento de uma base de dados de pesquisadores especialistas em Malária.

O segundo edital de apoio à C&T foi lançado em 2009 com o objetivo de conceder assistência financeira, principalmente, para a mobilidade de cientistas. Foram agregados, aos temas prioritários do primeiro edital os temas de Energias Alternativas e Renováveis, Sistemas de Conhecimento Tradicional e Tecnologia da Informação e Comunicação. Este edital possibilitou viagens de pesquisa à Antártica e o compartilhamento de tecnologias relacionadas à produção de biocombustíveis.

Em abril deste ano, o fórum IBAS lançou o terceiro edital de apoio a projetos científicos e tecnológicos. Cada país parceiro deverá investir cerca de 500.000 dólares em três anos. As prioridades temáticas continuam as mesmas do último edital. Além de despesas com mobilidade de pesquisadores, o edital prevê o financiamento de materiais de consumo, serviços de terceiros e despesas acessórias, como importação e instalação de equipamentos.

O apoio a atividades de C&T contribuiu significativamente para a aproximação entre Índia, Brasil e África do Sul. No entanto, em termos de impactos concretos, o investimento nos projetos de C&T ainda não gerou os frutos esperados. Alguns especialistas até mesmo criticam a iniciativa, dizendo que ela não possui foco tampouco coerência. Os resultados destas parcerias são pouco divulgados e, portanto são pouco conhecidos pela sociedade. A ciência tem, muitas vezes, um desenvolvimento lento e não pode se esperar que a produção de resultados seja instantânea. Muitos projetos necessitam de investimentos contínuos ao longo de anos para atingir as metas estabelecidas.

Fontes

http://www.dst.gov.in/whats_new/whats_new13/COP_IBSA.pdf

http://ris.org.in/images/RIS_images/pdf/thirdibsa-d_abrol.pdf

<http://www.ipc-undp.org/pressroom/files/ipc150.pdf>

<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=2385 resultado.cnpq.br/5711727602874023>

INFORME

Programas de Pós-Graduação em Relações Internacionais

PROCESSOS SELETIVOS

	Etapas do Processo Seletivo	Linhas de Pesquisa	Inscrições 2014
UnB	Mestrado: 1. Prova Escrita de Relações Internacionais 2. Prova Oral Doutorado: 1. Prova de compreensão de texto em inglês e em uma segunda língua. 2. Avaliação de CV, publicações, tese de mestrado, e projeto.	Política Internacional e Comparada (Estudos de Economia Política Internacional, Cooperação, Integração e Instituições Internacionais, Política Exterior, Segurança Internacional e Democracia). História das Relações Internacionais (História das Relações Internacionais Contemporâneas, História da Política Exterior do Brasil). http://www.irel.unb.br	15/07 a 30/08/2013
PUC Rio	Prova de conhecimentos, prova de língua estrangeira, e entrevista.	Arquitetura do Sistema Internacional. Conflito, Violência e Pacificação. Globalização, Governança e Desenvolvimento. http://www.iri.puc-rio.br/	O edital será divulgado no final do mês de Agosto de 2013.
San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp PUC SP)	Mestrado: Prova escrita, avaliação do projeto de pesquisa, entrevista, prova de língua inglesa. Doutorado: Avaliação do projeto de pesquisa, entrevista, prova de língua inglesa.	Instituições, Processos e Atores (Integração Regional; Política Externa; Economia Política Internacional; Relações Exteriores dos Estados Unidos). Paz, Defesa e Segurança Internacional (Estratégia, Defesa e Política Externa; Segurança Regional). http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/novo/	O edital será divulgado em Agosto de 2013
IRI- USP	Prova de proficiência em inglês, análise de CV, análise de projeto de pesquisa, teste GRE (Graduate Record Examination)	Economia Política Internacional (Política Comercial e Negociações Internacionais; Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira; Instituições e Processos Políticos Comparados na América Latina) Cultura e Questões Normativas nas Relações Internacionais (Questões	15 a 31 de Outubro de 2013

		Culturais e a Agenda Normativa nas Relações Internacionais; Ordem, Democracia e Governança Global). http://www.iri.usp.br	
PUC MG	<p>Mestrado: 1. Avaliação do curriculum vitae comprovado de cada candidato inscrito; análise do Plano de Trabalho; prova específica de interpretação e reflexão sobre questões de Teoria das Relações Internacionais. 2. Prova Específica. 3. Prova de Língua Estrangeira. 4. Entrevista</p> <p>Doutorado: 1. Avaliação de CV e análise do plano de trabalho. 2. Prova de Língua Estrangeira. 3. Entrevista.</p>	<p>Instituições, Conflitos e Negociações Internacionais.</p> <p>Desenvolvimento e Desigualdades Internacionais.</p> <p>Processos Decisórios em Política Externa e Nacional.</p> <p>http://www.pucminas.br/pos/ri</p>	Edital ainda não divulgado.
UEPB	1.Inscrição 2.Prova Escrita Sobre Teoria das Relações Internacionais 3. Entrevista e Análise do Projeto de Pesquisa 4.Prova de Tradução de Texto.	<p>Cooperação, Integração e Instituições Internacionais.</p> <p>Política Externa e Segurança.</p> <p>http://pos-graduacao.uepb.edu.br/ppgri/</p>	Edital ainda não divulgado.
UERJ	Prova Escrita, Prova de Proficiência em Língua Inglesa, Entrevista.	<p>Política, Cultura e Instituições.</p> <p>Estudos de Política Externa.</p> <p>Economia Política Internacional e Integração Regional.</p> <p>http://www.ppgri.uerj.br/</p>	Edital ainda não divulgado.

CURSOS CAENI

Capacitação em Negociações Internacionais

Novas turmas: datas a definir

O curso, promovido pelo Centro de Estudos das Negociações Internacionais (Caeni/USP), ocorrerá entre os dias 29 e 30 de Julho, e tem como objetivo contribuir para a formação de negociadores e analistas de negociações internacionais, tanto do setor privado como do setor público. O programa inclui o mapeamento dos principais elementos e abordagens de negociações internacionais, os princípios da barganha intercultural, a dinâmica dos jogos de dois níveis e o modelo de negociação de Harvard (PON).

A participação não é restrita a alunos e funcionários da USP. O curso é aberto a toda a comunidade e não há pré-requisitos para a participação, sobretudo por seu caráter introdutório. É possível se inscrever individualmente ou por equipes de 4 pessoas. Os participantes recebem material de apoio para acompanhamento das aulas e material complementar, na forma digital, para estudo continuado. Será fornecido certificado de participação. O investimento para dois dias de curso (16hs) é de R\$ 300,00. Há descontos para inscrições de grupos, ex-alunos e membros de instituições conveniadas ao Caeni.

Inglês para negociações internacionais

Novas turmas: datas a definir

O curso tem por objetivo fornecer capacitação na arte de como realizar negociações internacionais no contexto intercultural. Conduzido em inglês, o curso oferecerá uma experiência em “imersão cultural” e utilizará o *case study* approach para abordar as dinâmicas e complexidades envolvidos nas negociações internacionais interculturais.

Além da aprendizagem das terminologias, os vocabulários e as estratégias envolvidas nestas negociações, os participantes farão exercícios e atividades para aprimorar sua comunicação e uso da língua inglesa em negociações internacionais.

1. The art of negotiating (communicative competence, tactics & tricks)
2. Cultural awareness in international negotiations
3. Language Mastery
4. Business English
5. Telephone English
6. Cross-Cultural Negotiation - Case Study and simulations

Informações adicionais e fichas de inscrição podem ser obtidas pelo *site* www.caeni.com.br ou pelo telefone (11) 30912097. Reservas de vagas e outras informações também podem ser obtidas pelo e-mail: caeni.usp@gmail.com.

Análise CAENI. Publicação do Centro de Estudos das Negociações Internacionais (NAP-Caeni), Departamento de Ciência Política da USP.

Coordenação científica: Amâncio Jorge de Oliveira.

Coordenação acadêmica: Janina Onuki.

Assistentes de Pesquisa: Amanda Domingues, Camila Araujo de Schipper, Clarice Nassar Bramucci Tambelli, Eduardo Tetzlaff e Maria Renata Siqueira.

Colaboração: Carolina Monteiro

Secretário executivo: Carlos Sarmento.

Secretária: Maria Raimunda dos Santos.

Site: www.caeni.com.br

Facebook: www.facebook.com/caeni.usp

E-mail: caeni@caeni.com.br

Blog Caeni: <http://caeni.com.br/blog/>